

1. ENSAIO SOBRE A MULTIPOLARIDADE E O POLICENTRISMO: PROJEÇÃO AOS CONFLITOS INTERNOS DO INVENTÁRIO <i>CAUSA MORTIS</i>	33
1. Foco do estudo.....	34
2. Noções básicas sobre multipolaridade e policentrismo	34
2.1. Multipolaridade.....	34
2.2. Policentrismo	38
2.3. Breve esquadro entre multipolaridade e policentrismo.....	46
3. Noções básicas sobre a sucessão e o inventário <i>causa mortis</i>	49
4. As posições jurídicas assumidas no inventário sucessório	54
5. Fechamento.....	57
6. Referências	59
2. OS PRAZOS PARA INSTAURAÇÃO E ENCERRAMENTO DO INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: PONTOS OBRIGATÓRIOS E NERVOSOS SOBRE O TEMA.....	63
1. Introdução	63
2. O art. 611 Do CPC como núcleo da análise	64
3. Antinomia (parcial) com o art. 1.796 do CC.....	65

4.	Obrigatoriedade do inventário <i>causa mortis</i>	66
5.	Contagem do prazo de instauração	73
6.	Instauração do inventário <i>causa mortis</i> e a presença de testamento.....	75
7.	A não instauração no prazo legal e as suas possíveis consequências	77
8.	Marco para o início da contagem do prazo para encerramento	81
9.	As opções adotadas no CPC sobre prazos e o seu impacto na parte final do art. 611 (Prazo de encerramento do inventário).....	82
10.	Prorrogação do prazo para encerramento do inventário ..	85
11.	Sanção pelo não cumprimento do prazo de encerramento...	86
12.	Da importância da parte final do art. 611 Como a bússola de referência temporal do inventário <i>causa mortis</i>	87
13.	Da imperiosa necessidade de organização e “calendarização” dos atos processuais	89
14.	Breve fechamento.....	91
15.	Referências bibliográficas.....	92
3.	NOTAS SOBRE A LITISPENDÊNCIA NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS	95
1.	Litispendência no processo de inventário. Reunião das demandas.....	95
2.	A instauração de mais de um inventário em foros diversos.....	101
3.	“Litispendência” entre inventários judicial e extrajudicial.....	105
4.	Art. 616: Rol taxativo que se submete ao acoplamento por atração e a interpretação extensiva	106
5.	Referências	110

4. CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE PESSOAS DIVERSAS	113
1. Noções gerais sobre a cumulação de inventários.....	113
2. Da não obrigatoriedade da regra de cumulação	119
3. Da possibilidade de cumulação de mais de dois inventários.....	120
4. Da aplicabilidade aos inventários extrajudiciais.....	121
5. Hipóteses de cumulação de inventários	121
5.1. Identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens.....	121
5.2. Heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros	122
5.3. Dependência de uma das partilhas em relação à outra	125
6. Breve fechamento.....	126
7. Referências bibliográficas.....	127
5. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS DISCIPLINAS INTERNAS DAS CORREGEDORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS.....	129
1. Introdução	129
2. Breve incursão histórica do procedimento de inventário e partilha no ordenamento jurídico brasileiro.....	131
2.1. O procedimento do inventário e partilha antes do Código de Processo Civil de 1939	131
2.2. A unificação judicializante do regime de instauração de inventário e partilha promovida pelo Código de Processo Civil de 1939 e a sua manutenção no Código de Processo Civil de 1973 e no Código Civil de 2002	132

2.3.	A Lei 11.441/2007 e o retorno da modalidade extrajudicial de inventário e partilha ao Ordenamento Jurídico pátrio	133
3.	Uma proposta de classificação dos testamentos quanto à aptidão para a produção de efeitos jurídicos	140
4.	Cenário atual do inventário extrajudicial quando da existência de testamento: as diferentes disciplinas das correções gerais dos tribunais de justiça das unidades federativas brasileiras	146
5.	Considerações finais	156
6.	Referências bibliográficas.....	158
6.	INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA RESOLUÇÃO 452/2022 DO CNJ: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS	161
1.	Introdução	161
2.	O protagonismo da resolução nº 35/2007 do cnj no regramento do inventário sucessório extrajudicial.....	162
3.	Das modificações feitas à resolução nº 35/2007.....	167
4.	Interpretação dialógica da resolução nº 35/2007 com o art. 610 Do cpc	173
5.	A resolução nº 452/2022: os temas inseridos e a necessidade de interpretação adequada dos seus dispositivos	177
5.1.	Participação de todos “interessados” para a eleição do inventariante	177
5.2.	Credenciamento do inventariante para obtenção de informações em prol do inventário	180
5.3.	O levantamento pelo inventariante das quantias para pagamento do imposto devido e dos emolumentos do inventário	182
5.4.	A nomeação do inventariante como marco de contagem de prazos do inventário	185
6.	Considerações finais	188
7.	Referências bibliográficas.....	188

7. O (DESCONHECIDO) ARROLAMENTO COMUM: PECULIARIDADES PROCEDIMENTAIS E SUA APLICAÇÃO	191
1. O arrolamento comum como espécie procedimental de inventário judicial	191
2. Das mudanças efetuadas no cpc de 2015 em relação à codificação revogada	192
3. Arrolamento comum: presunção de simplicidade e seu teto valorativo	193
4. Procedimento sumário, concentrado e com fase oral.....	196
5. Inexistência de vedação de participação de incapaz	199
6. Instauração, nomeação do inventariante e citações	201
7. Declarações do inventariante e a concentração de atos....	202
8. Convocação das partes para etapa de autocomposição	203
9. Declarações do inventariante e o contraditório	203
10. Participação do ministério público e o testamenteiro	204
11. Impugnação à avaliação e (possíveis) desdobramentos do “incidente”	205
12. Audiência	206
13. Credores.....	210
14. Importação do art. 662: Taxa judiciária e imposto de transmissão.....	211
15. Quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas	212
16. Sobrepartilha pelo “rito” do arrolamento comum	212
17. Arrolamento sumário x arrolamento comum.....	214
18. Possibilidade de negócio jurídico processual para adoção do procedimento do arrolamento comum	215
19. Breves conclusões	217
20. Referências bibliográficas.....	217

8. NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE: CRITÉRIOS PARA (INTERPRETAR) E APLICAR O ART. 617 DO CPC.....	221
1. Introdução	221
2. Perfil do inventariante: análise para preenchimento do art. 617	224
3. O aumento das áreas de conflitos de interesses entre os legitimados à inventariança como decorrência do direito material atual	230
4. A indispensável análise da capacidade do inventariante para o exercício da administração do patrimônio hereditário	233
5. A natureza residual do rol de referência do artigo 617	236
6. Rol de referência para a nomeação adjudicada do inventariante.....	238
7. A importância da inventariança dativa no quadro atual ..	247
8. Breve fechamento.....	250
9. Referências.....	251
9. A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS: ATUAÇÃO MULTIFACE-TADA.....	255
1. Introdução	255
2. A participação do ministério público no inventário suces-sório: ministério público como <i>custos legis</i>	257
3. A participação do ministério público no inventário <i>causa mortis</i> e a presença de incapaz	264
4. O art. 616, VII, do CPC e a participação do ministério público: a (excepcional) forma de instauração.....	267
5. A oitiva do ministério público como requisito ao registro e à confirmação de testamento.....	269
6. A necessidade de atuação eficiente do ministério público	

no inventário.....	273
6.1. A incompatibilidade do prazo do art. 178 em relação ao curso do inventário sucessório e o posicionamento topológico das manifestações do Ministério Público.....	274
6.2. Da necessidade de redimensionamento da intervenção ministerial como fiscal da ordem jurídica	280
7. Considerações finais	287
8. Referências bibliográficas.....	289
10. MEDIDAS INDUTIVAS E SUA PROJEÇÃO NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS: PRÊMIOS, INCENTIVOS E POSSIBILIDADES SISTÊMICAS	293
1. Introdução	293
2. Considerações gerais sobre as sanções premiais	295
3. Aspectos contemporâneos das sanções premiais	297
3.1. Críticas à expressão sanção premial.....	299
3.2. As sanções premiais no plano legal e na seara jurisprudencial	301
4. Sanções premiais no CPC de 2015.....	307
5. Sanções premiais e convenções processuais celebradas no inventário <i>causa mortis</i>	312
5.1. Sanções premiais convencionais pré-processuais...	317
5.2. Sanções premiais convencionais incidentais	319
5.2.1. Sanções premiais convencionais espontâneas	320
5.2.2. Sanções premiais convencionais estimuladas	322
6. Sanções premiais estipuladas judicialmente no inventário...	323
7. Nudges no inventário	327
8. Conclusão	335
9. Referências bibliográficas.....	335

11. ALGUMAS NOTAS SOBRE A SONEGAÇÃO DE BENS COMO HIPÓTESE DE REMOÇÃO DO INVENTARIANTE.....	345
1. Noções gerais sobre a sonegação (enquanto sanção civil) e o seu diálogo com os arts. 621-625 (Incidente de remoção do inventariante).....	345
2. Comunicação do art. 621 Com o art. 636 (“Encerrada a descrição dos bens” e “últimas declarações”)	350
3. Diálogo com o art. 622, Inciso V (remoção do inventariante)	356
4. Da declaração (“protesto”) por arrecadação de outros bens	357
5. Protutor sucessório.....	358
6. Referências.....	359
12. INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA DO ESPÓLIO POSTULADA PELO INVENTARIANTE	363
1. Introdução	363
2. O inventário sucessório e seus possíveis desfechos.....	364
3. A possibilidade de declaração de insolvência do espólio..	367
4. A declaração de insolvência como incumbência do inventariante.....	368
5. Os reflexos jurídicos e processuais da declaração de insolvência no inventário	371
6. Breves conclusões	373
7. Referências bibliográficas.....	374
13. O BALANÇO DO ESTABELECIMENTO E A APURAÇÃO DE HAVERES NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS: NECESSIDADE DE ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 620, § 1º, DO CPC	377

1.	Introdução	377
2.	O falecido como empresário individual ou sócio	378
3.	O autor da herança como empresário individual	379
4.	O autor da herança como titular de “quota societária”	381
4.1.	A apuração da expressão econômica das quotas sociais: procedimento e metodologia.....	384
4.1.1.	Apuração interna ou remessa às “vias ordinárias”	393
4.1.2.	A fase de transição: interpretação adequada do art. 1.027 do Código Civil	396
5.	Considerações finais	397
6.	Referências	399
14.	INVENTÁRIO SUCESSÓRIO E LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA: IMPORTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE EXPROPRIAÇÃO EXECUTIVA.....	401
1.	Introdução	401
2.	Pagamento da dívida no bojo do inventário judicial: seus mecanismos e atipicidade de técnicas.....	402
3.	Adjudicação de bens do espólio	411
4.	Alienação por iniciativa particular e por leilão judicial	417
5.	Dação em pagamento.....	419
6.	Referências	424
15.	SOBREPARTILHA NO INVENTÁRIO	427
1.	Breves noções sobre a sobrepartilha no cpc de 2015	427
2.	Necessidade de sistematização (sobrepartilha prospectiva x sobrepartilha retrospectiva).....	429
3.	A sobrepartilha prospectiva.....	430
4.	Sobrepartilha retrospectiva	435
5.	Bens com localização remota	436

6.	Bens litigiosos	437
7.	Bens de liquidação morosa ou difícil	439
8.	Bens sonogados	440
9.	Bem descoberto depois da partilha	442
10.	<i>Sobrepilha prospectiva</i> : manutenção do espólio e designação de inventariante.....	442
11.	Sobrepilha extrajudicial.....	446
12.	As balizas e a dinâmica procedimental da sobrepartilha	446
13.	Sobrepilha extrajudicial em caso de inventário judicial e vice-versa	451
14.	“Prescrição” e a sobrepartilha.....	451
15.	Recurso	452
16.	Sobrepilha x retificação (art. 656) E rescisão de partilha (art. 658).....	453
17.	Sobrepilha x alvará	453
18.	Referências bibliográficas.....	454

16. AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DE INVENTÁRIO E PARTILHA: UM PRIMEIRO ESBOÇO 457

1.	Introdução	457
2.	Duetto com o art. 657: Principais pontos de contato e de distância.....	458
3.	Hipóteses de rescindibilidade	460
3.1.	Necessário diálogo entre os arts. 658 e 966.....	460
3.2.	Rescisão e as hipóteses fixadas no art. 657	460
3.3.	Rescisão e a partilha feita com preterição de formalidades legais.....	463
3.4.	Legitimação para figurar no inventário sucessório	465
3.4.1.	Preterição de “herdeiro” (ação rescisória, ação de petição de herança e outras postulações)	468

3.5.	Inclusão indevida.....	488
3.6.	A decisão que homologa partilha sucessória com a presença de incapaz	490
4.	Decisão parcial de mérito e policentrismo	493
5.	Competência	493
6.	Legitimidade ativa e passiva.....	493
7.	Cabimento de ação rescisória contra decisão judicial que homologa partilha amigável.....	495
8.	Ação rescisória x sobrepartilha	498
9.	Referências bibliográficas.....	498
17.	A ARBITRAGEM E A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS SUCESSÓRIOS: ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS (SUPOS- TOS) OBSTÁCULOS	501
1.	Introdução	501
2.	Os “dogmas”	502
3.	Breves conclusões	505